

Tianquá / 1ª Vara da Comarca de Tianquá



0000572-50.2018.8.06.0173

Classe : Procedimento Comum  
Assunto principal : Seguro  
Competência : Cível Interior  
Valor da ação : R\$ 8.906,25  
Volume : 1  
Requerente : **BRUNO DE SOUZA FREITAS**  
Advogada : Arildo de Freitas Bezerra (OAB: 25861/CE) e  
outro  
Requerido : **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**  
**DO SEGURO DPVAT**  
Observação : AÇÃO DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO  
DO SEGURO OBRIGATORIO DE VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE -  
DPVAT.  
Distribuição : Sorteio - 11/10/2018 09:11:28



1  
Vara



Arildo de Freitas Bezerra- OAB/CE 25.861  
Rua Deputado Manoel Francisco, Centro, Tianguá-CE  
CEP: 62.320.000  
Tel. (88) 9609-9559 // 9404-3002  
e-mail: [arildoadvo@hotmail.com](mailto:arildoadvo@hotmail.com)



SA2.572.501/2018.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_ VARA DA  
COMARCA DE TIANGUÁ- CEARÁ.

RECEBIDO Em 25/09/18.

DISTRIBUIÇÃO

1ª Vara

11.10.18

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT

BRUNO DE SOUZA FREITAS, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do documento de identidade (RG) nº 200998063744 SSP/CE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 061.660.993.04, residente e domiciliado no Sítio Veado Seco, s/n, Zona Rural, Tianguá-CE, CEP: 62320-000, neste ato através dos advogados e procuradores infra-assinados (procuração anexa), com escritório na Rua Deputado Manoel Francisco, 1087, Centro, Tianguá-CE, endereço eletrônico [arildoadvo@hotmail.com](mailto:arildoadvo@hotmail.com), onde recebe intimações e notificações, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT,

face a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DOS SEGUROS DPVAT S/A, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos motivos a seguir expostos:

at



*Arildo de Freitas Bezerra- OAB/CE 25.861*  
*Rua Deputado Manoel Francisco, Centro, Tianguá-CE*  
*CEP: 62.320.000*  
*Tel. (88) 9609-9559 // 9404-3002*  
*e-mail: arildoadv@hotmail.com*



## **I – PRELIMINARMENTE - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, necessário destacar que o requerente declara não possuir, no momento, condições financeiras para arcar com as despesas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento ou da sua família.

Desta feita, requer o consentimento dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil, garantindo-lhe, deste modo, o efetivo acesso à justiça.

## **II - DOS FATOS**

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 26/05/2016, às 16:30 horas, conforme o Boletim de Ocorrência de nº 560-1374/2016, registrado na DELEGACIA REGINAL DE TIANGUÁ – CE, quando pilotava uma motocicleta HONDA CG 150 FAN ESI, ANO: 2011/2011 de placa OCM5816, COR VERMELHA, CHASSI: 9C2KC1670BR623880, registrada em nome de Francinaldo Ribeiro de Lima, o acidente se deu quando o autor “sobrou” em uma curva e colidiu de frente com um caminhão, que foi socorrido pelo motorista, e em seguida levado por sua mãe para o Hospital Madalena Nunes Tianguá-CE, ficou internado por dias, (Boletim de Ocorrência em anexo).

O requerente sofreu diversas lesões, dentre elas fratura no Calcânhar direito, torceu o pé direito, e varias lesões pelo corpo, devido às gravidades das lesões, o requerente ate a presente data sente dores no Calcânhar lesionado, situação que comprometeu e causou perda funcional completa do pé direito, se submete a fisioterapias devido às sequelas do acidente, (documentos hospitalares em anexo).

Diante de tal circunstância, tornou-se ele beneficiário da indenização por invalidez permanente prevista no art. 3º, inciso II da lei nº 6.194/74, que trata do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.

Ciente dessa condição, a Requerente iniciou o processo administrativo para receber a mencionada indenização, o que aconteceu, em parte, quando o pagamento foi liberado pela Seguradora LÍDER, no valor de **RS 834,75** (oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

*Arildo de Freitas Bezerra- OAB/CE 25.861*  
*Rua Deputado Manoel Francisco, Centro, Tianguá-CE*  
*CEP: 62.320.000*  
*Tel. (88) 9609-9559 // 9404-3002*  
*e-mail: arildoadv@gmail.com*



Percebe-se Excelência, o valor injusto recebido pelo requerente, uma vez que levando às gravidades do acidente e lesões sofridas e a tabela legal, este deveria receber o valor de **R\$ 6.750,00** reais (seis mil setecentos e cinquenta reais) que corresponde atualmente a 50% do valor total.

### **III - DO DIREITO**

#### **A Indenização por invalidez permanente no seguro DPVAT**

Um dos pilares do Seguro DPVAT, dentre outros, é fornecer uma indenização em dinheiro àqueles que experimentam danos pessoais oriundos de acidente de trânsito. Essa cobertura por invalidez permanente está expressa no já citado art. 3º da Lei nº 6.194/74 em conformidade com a tabela anexada a este dispositivo legal inserido pela Lei 11.945/2009.

**Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

Vale ressaltar Excelência, que o valor da indenização a ser paga, deve também cumprimento à tabela legal, “hoje” prevista em Lei, o que anteriormente não se verificava. Portanto, apenas se requer o cumprimento da lei, determinando o atendimento às disposições do diploma legal. Senão vejamos:

Anexo

Incluído pela Leinº 11.495/2009

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual
------------------------	------------

*at*



**Arildo de Freitas Bezerra- OAB/CE 25.861**  
**Rua Deputado Manoel Francisco, Centro, Tianguá-CE**  
**CEP: 62.320.000**  
**Tel. (88) 9609-9559 // 9404-3002**  
**e-mail: arildoadv@hotmai.com**



Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d)	
Comprometimento de função vital ou anatômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	Percentuais das Perdas
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70

*et*

*Arildo de Freitas Bezerra- OAB/CE 25.861*  
*Rua Deputado Manoel Francisco, Centro, Tianguá-CE*  
*CEP: 62.320.000*  
*Tel (88) 9609-9559 // 9404-3002*  
*e-mail: arildoadv@hotmaif.com*



Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
<b>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés</b>	<b>50</b>
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Ademais Douto Julgador, quantificar sequelas existentes, atribuindo a cada órgão um valor taxativo, é visivelmente um ato, no mínimo abstrato, uma vez que é impossível, no caso em tela, por exemplo, precisar que o requerente, não sofreu incapacidade funcional de um dos membros.

Resta patente, então, que a indenização por invalidez permanente no Seguro DPVAT corresponde a até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e considerando a aplicação de mal fadada Tabela, acima exposta, conclui-se ser o requerente merecedor de uma indenização de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), uma vez Perda

*CA*



*Arildo de Freitas Bezerra- OAB/CE 25.861*  
*Rua Deputado Manoel Francisco, Centro, Tianguá-CE*  
*CEP: 62.320.000*  
*Tel. (88) 9609-9559 // 9404-3002*  
*e-mail: arildoadv@hotmai.com*



**anatômica e/ou funcional completa de um dos pés corresponde a 50% do valor total, conforme se observa acima na tabela.**

Valor legal - Lei 6.194/74	R\$ 9.450,00
Valor pago pela requerida	R\$ 843,75
Diferença que deve ser paga	R\$ 5.906,25

Vale ressaltar, que a inexistência de Auto de Exame de Corpo de Delito ou Laudo Pericial no processo não afasta o direito à complementação devida, já que é de comum entendimento jurisprudencial que o simples pagamento parcial da indenização, mediante procedimento administrativo, já é suficiente para a constatação de lesões/invalidez.

Ora Excelência, se a própria seguradora efetuou o pagamento parcial da indenização, incluindo o requerente no rol dos beneficiários e a indenizando nos termos da Lei 6.194/74 (invalidez) resta inequívoca a qualidade de invalidez do Requerente.

Portanto, trata-se aqui apenas matéria de direito onde deve ser analisada a legalidade do ato normativo qualificador do instituto DPVAT. Daí o entendimento de que a Requerida ter indenizado o Requerente já é suficiente para a comprovação da invalidez, pois se assim não o fosse, não o teria indenizado nos termos da Lei 6.194/74, conforme entendimento de nossas Turmas Recursais:

**APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. LAUDO MÉDICO COMPLEMENTAR. DESNECESSIDADE DIANTE DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A Lei 6.194/74 não exige a apresentação de laudo complementar quando, por outros elementos, é possível concluir acerca da ocorrência do acidente e a lesão apontada na inicial, ainda mais quando já houve pagamento na esfera administrativa. 2. Recurso provido. Sentença anulada.**

*Arildo*

*Arildo de Freitas Bezerra- OAB/CE 25.861*  
*Rua Deputado Manoel Francisco, Centro, Tianguá-CE*  
*CEP: 62.320.000*  
*Tel. (88) 9609-9559 // 9404-3002*  
*e-mail: arildoadv@hotmai.com*



(TJ-RR - AC: 0010158228725 0010.15.822872-5, Relator: Des.  
CRISTOVAO JOSE SUTER CORREIA DA SILVA, Data de  
Publicação: DJe 16/02/2016).

Seguindo essa orientação, o Requerente instrui a exordial com o Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia Regional de Tianguá-CE, relatórios médicos e documentos pessoais.

#### **IV - DO DANO MORAL**

A moral é a dor íntima, uma comoção interna, um constrangimento gerado naquele que sofreu e que de maneira semelhante repercute em outra pessoa nas mesmas circunstâncias.

O Requerente experimentou essa dor e constrangimento interno quando na tentativa administrativa de receber a indenização pelos danos sofridos não teve seu direito respeitado, pois recebeu apenas parte do que lhe é devido de acordo com a lei vigente.

Conforme o que estabelece os arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro:

**Art. 186 – Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**

#### **V- DOS PEDIDOS**

Por todo exposto, **requer:**

a) A concessão da gratuidade judicial por estar o autor sem condições de arcar com às custas processuais;



*Arildo de Freitas Bezerra- OAB/CE 25.861*  
*Rua Deputado Manoel Francisco, Centro, Tianguá-CE*  
*CEP: 62.320.000*  
*Tel. (88) 9609-9559 // 9404-3002*  
*e-mail: arildoadv@hotmai.com*



b) A citação da **requerida** no endereço supracitado, por correspondência com AR, para, querendo, contestar o presente feito, sob pena de revelia;

c) seja condenada a **Requerida** ao pagamento de **R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)**, relativos aos danos morais causados ao **Requerente**;

d) Seja julgado procedente o pedido determinando o pagamento da quantia de **R\$ 5.906,25 (cinco mil novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**, corrigidos monetariamente e com juros legais, valor correspondente a diferença a ser paga pela seguradora uma vez que Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés corresponde a 50% do valor total, conforme se observa acima, tudo de acordo com o que determina a tabela anexa a Lei 6.194/74;

e) Seja condenada a **Requerida** ao pagamento de honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) e custas processuais sobre o valor da condenação;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive prova testemunhal, depoimento pessoal das partes.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 8.906,25 (oito mil novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Termos em que, pede deferimento.

Tianguá, 23 de maio de 2018.

*Arildo de Freitas Bezerra*  
**Arildo de Freitas Bezerra**  
OAB/CE nº 25.861

*Cícero Anderson Portela Sampaio*  
**Cícero Anderson Portela Sampaio**  
OAB/CE nº 39.431



### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** BRUNO DE SOUZA FREITAS, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no RG sob o n.º – 2009098063744 SSP CE e inscrita no CPF sob o n.º 061.660.993-04, residente e domiciliado no Sítio viado seco, s/n, Zona Rural, Tianguá – CE.

**OUTORGADO:** Arildo de Freitas Bezerra, OAB-CE 25.861 com endereço profissional na Rua Deputado Manoel Francisco, 1087, Centro, Tianguá-CE, CEP: 62320-000.

**PODERES:** por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR MEDIDAS JUDICIAIS E OU ADMINISTRATIVAS NO INTERESSE DA OUTORGANTE**, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, bem como retirar junto a instituição financeira extratos bancários, para comprovação e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para ingresso de ação judicial de interesse do contratante, bem como receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15). Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

Tianguá-CE, 23 de fevereiro de 2018

x Bruno de Souza Freitas

OUTORGANTE



**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**



**OUTORGANTE: : BRUNO DE SOUZA FREITAS**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no RG sob o n.º – 2009098063744 SSP CE e inscrita no CPF sob o n.º 061.660.993-04, residente e domiciliado no Sitio viado seco, s/n, Zona Rural, Tianguá – CE. DECLARA com fins de pleitear os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, previsto no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c paragrafo único, do artigo 4º da lei nº. 1060/50, que é juridicamente pobre, eis que não possui condições financeiras para arcar com as despesas da justiça, especialmente das custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família; ciente de que pela falsa declaração de pobreza o declarante responde civil, penal e administrativamente, de conformidade com a legislação vigente.

Tianguá-CE, 23 de fevereiro de 2018

x Bruno de Souza Freitas

DECLARANTE

## Nº DO CLIENTE

5630666-0

Para obter seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Enel  
A Tarifa Social de Energia Elétrica  
foi criada pela Lei nº 10.438  
de 28 de abril de 2002  
Companhia Energética de Minas  
Rua Pedro Valdeiro, 150  
CEP 30135-040 | FORTALEZA CE  
CNPJ 07.047.281/0001-70 | CDP 06.100.848-3

enel

## CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

Rota 31 31123 10 004500 - 0

Nome BRUNO DE SOUZA FREITAS

End. Postal ST VIADO SECO 00000 00000

LESTE - TIANGUA - 62320000

Medidor 4860697

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA

RG / CPF / CNPJ 061660993-04

Nome do Responsável

Data de Emissão 16/01/2018

509131451

Posto 0000 B25W

CPF

## DATAS

Mês de Referência  
Jan/2018  
Data de Apresentação  
15/02/2018  
Previsão Próxima Leitura  
15/02/2018

## ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.  
Conjunto TIANGUA  
Mês Nov/2017  
DSCPI 0,00 P  
EUSO 3,22

## ICMS

Base de Cálculo (R\$) Alíquota Valor do Imposto  
ISENTO

## ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

BCSC 4392,4662,FC06,271E,E103,4352,02E3

## INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Let. Atual Let. Anterior Const. Consumo (kWh) Cons. Ind. Cons. Fel. Tarifa (R\$/kWh) Valor (R\$)

908 893 1,00 15 0,00 30 0,17685 5,30

16/01/18 15/12/17 31/01/18 30 5,30

VALOR CONSUMO DO MÊS 5,30

PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA 0,55

SALDO PARA PAGAMENTO FUTURO -5,85

## VENCIMENTO

22/02/2018

## TOTAL A PAGAR (R\$)

0,00

## COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia ..... 2,43  
Transmissão ..... 0,50  
Distribuição ..... 0,37  
Encargos Setoriais ..... 0,84  
Tributos (PIS-COFINS) ..... 0,84  
TOTAL ..... 5,85

## HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

15	15	27	14	16	14	25	14	11	15	15	6
15	15	27	14	16	14	25	14	11	15	15	6

15 15 27 14 16 14 25 14 11 15 15 6

CONSUMO CONSCIENTE- EMISSÃO DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO<sub>2</sub>) Compensado kg (CO<sub>2</sub>) Contribuição Ecológica (%CO<sub>2</sub>)

12,97 0,00 99

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA CADASTRAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE

SEU NÚMERO DO CLIENTE SEGUINDO-DO DÍGITO VERIFICADOR.\*

Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor

da dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde. Gov. Federal

NO FOI POSSÍVEL COLHER LEITURA POR: FAT MÉDIA-LEIT BIMESTRAL ART 05 RES 414

Consta desta fatura R\$ 0,84 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS=0,68% e COFINS=3,14%

Art. 9 Rev. 100-7205 - ANEEL e Lei n. 10.437-02 e 10.433-01

Caro Cliente, constam quitadas as faturas de consumo de energia elétrica desta unidade consumidora vencidas até 31/12/2017, conforme a Lei N. 12.007/2009. Esta declaração substitui quitacoes anteriores.







**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**NOME**  
BRUNO DE SOUZA FREITAS

**FOTO**

**DOC. IDENTIFIC. / OUT. EMISSÃO DE**  
2009038063744 SEP

**UF**  
CE

**CPF**  
061.660.993-04

**DATA NASCIMENTO**  
08/02/1995

**RACIA**  
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA  
MARIA DE FÁTIMA FREITAS SOUZA

**Nº REGISTRO**  
056R3507191

**PERÍODO**  
03/06/2020

**ACC**  
08/10/2015

**CELEBRA**  
R

**OBSERVAÇÃO**  
EXERCE ATIV. REMUNERADA.

**Assinatura de Bruno de Souza Freitas**

**LOCAL**  
FORTALEZA, CE

**DATA EMISSÃO**  
14/10/2016

**ASSINATURA DO EMISSOR**  
33043086713  
CE155945386

**DETRAN - CE (CEARA)**  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES

**1403756393**



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA REGIONAL DE TIANGUA

BOLETIM DE Ocorrência Nº 560 - 1374 / 2016

**Dados da Ocorrência**

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
Data / Hora da Comunicação: **07/06/2016 10:21:28**  
Data / Hora da Ocorrência: **26/05/2016 16:30:00**  
Endereço da Ocorrência: **ESTRADA BR-222 AO SITIO CACIMBAS**  
Complemento:  
Bairro: **ZONA RURAL** Município: **TIANGUA/CE**  
Ponto de Referência:

**Dados da(s) Vítima(s)**

Nome: **BRUNO DE SOUZA FREITAS**  
Nascimento: **08/02/1995** CPF: **061.660.993-04**  
RG: **2009098063744** Orgão Emissor: **SSP** UF: **CE**  
Filiação: **MARIA DE FATIMA FREITAS SOUZA**  
**ANTONIO CARLOS DE SOUZA**  
Endereço: **SITIO CACIMBAS, PROX ACAMPO DE FUTEBOL**  
Bairro: **ZONA RURAL**  
Município: **TIANGUA/CE** CEP: **62.320-000**  
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 99239-9032**

**Histórico**

A VÍTIMA COMPARECE A ESTA DELEGACIA PARA INFORMAR QUE NA DATA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADO PILOTAVA A MOTOCICLETA HONDA/CG 150 FAN ESI, ANO FAB/MOD 2011/2011, COR VERMELHA, PLACA OCM5816, CHASSI 9C2KC1670BR623880, COM REGISTRO DE PROPRIEDADE EM NOME DE FRANCINALDO RIBEIRO DE LIMA, O QUAL EMPRESTOU A MOTOCICLETA PARA A VÍTIMA; QUE A VÍTIMA SOBROU NA CURVA E COLIDIU DE FRENTE AO UM CAMINHÃO; QUE FOI SOCORRIDO PELO MOTORISTA DO CAMINHÃO ATÉ A RESIDÊNCIA DA VÍTIMA, SENDO EM SEGUIDA LEVADO POR SUA MÃE ATÉ O HOSPITAL MADALENA NUNES, ONDE DEU ENTRADA E FOI CONSTATADO FRATURA NO CALCANHAR DIREITO, TORCEU O PÉ DIREITO, E VÁRIAS LESÕES PELO CORPO, FICANDO INTERNANDO POR DOIS DIAS. E NADA MAIS DISSE E NEM LHE FOI PERGUNTADO.///////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE TIANGUA

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO : P.O. 133.967-1-7  
ALEXANDRE FEIJÓ CABRAL - MAT.: 198229-1-5

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: \_\_\_\_\_

VISTO DO DELEGADO(A) : \_\_\_\_\_  
FRANCISCO MIGUEL DE SALES FILHO - MAT.: 126884-1-5





**REGULAR  
DPVAT**



Imprimir

### SINISTRO / ACIDENTE

Nº Processo: 2017/1016173458

Natureza: **INVALIDEZ**

#### DADOS DO PROCESSO

Nº do Sinistro: 3170560022

Situação: PAGAMENTO LIBERADO

#### DADOS DO ACIDENTE

Data Acidente: 26/5/2016

Data do Cadastro: 16/10/2017

#### DADOS DA VÍTIMA

Nome: **BRUNO DE SOUZA FREITAS**

CPF: 061.660.993-04

#### DADOS DO ANGARIADOR

Nome: JOCELIO DA SILVA RODRIGUES

### ANDAMENTOS

DATA	DESCRIÇÃO	USUÁRIO
3/11/2017	PENDÊNCIA: ENCAMINHAR DOCUMENTAÇÃO MÉDICA COMPLETA OU RELATÓRIO DE SEQUELAS COM A DESCRIÇÃO DAS LESÕES SOFRIDAS, AS CONDUTAS MÉDICAS REALIZADAS E AS EVOLUÇÕES DAS LESÕES ATÉ SUA ALTA DEFINITIVA, ESPECIFICANDO O GRAU DE INVALIDEZ.	DANIELLE DA SILVA COSTA
29/1/2018	DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA E ENCAMINHADA A SEGURADORA LÍDER.	MICAELE SANTOS
16/2/2018	PAGAMENTO LIBERADO A PARTIR DE 19/02/2018; VALOR R\$ 843,75; BENEFICIÁRIO: BRUNO DE SOUZA FREITAS; BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; AG: 785; CONTA: 86253-4.	DANIELLE DA SILVA COSTA



**BRUNO DE SOUZA FREITAS**  
**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE**  
**INDENIZAÇÃO AQUOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**  
**BENEFICIÁRIO BRUNO DE SOUZA FREITAS**  
**CPF/CNPJ: 06166099304**

**Posição em 07-02-2018 16:59:06**

Seu pedido de indenização está em fase de realização de perícia médica. É muito importante que você compareça no endereço abaixo, no dia e horário agendados, levando um documento de identificação original com foto. Fique atento: o não comparecimento à perícia gera pendência, atrasando a conclusão do seu processo.

**DADOS DA PERÍCIA**

Data do agendamento: 08/02/2018

Medico: Dr. José Welligton

Nome do local: LABORATORIO E CLINICA THOMAS ARAGAO

**HORARIO AS 08:00HS DA MANHÃ**

**ENDEREÇO**

Logradouro: RUA CORONEL JOAO CICERO MEMORIA

Número: 244

Bairro: CENTRO

Município: GUARACIABA DO NORTE

UF: CE



## RELATÓRIO MÉDICO

SEGURO DPVAT - INVALIDEZ POR ACIDENTE

VÍTIMA: Bruno de Souza Freitas

DATA DO ACIDENTE: 26.05.2016



1 - ESPECIFICAR AS LESÕES DIRETAMENTE PROVOCADAS PELO ACIDENTE:

Pele vítima de acidente de moto que  
resultou em fratura de calcâneo direito e  
luxação de joelho direito. (Tornozelo D)

2 - RELACIONAR OS TRATAMENTOS MÉDICOS AOS QUAIS A VÍTIMA FOI SUBMETIDA AO LONGO DO TEMPO, INFORMANDO AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO E TÉRMINO:

No atendimento foi colocado gesso gessado  
durante 30 dias + Analgésicos.

3 - A VÍTIMA JÁ RECEBEU ALTA DEFINITIVA DE TODOS OS TRATAMENTOS? ( ☒ SIM - ( ) NÃO

EM CASO POSITIVO, DESDE QUE DATA 12.01.2018

4 - A VÍTIMA APRESENTOU EXAMES OU LAUDOS MÉDICOS? ( ☒ SIM (ANEXAR CÓPIAS) - ( ) NÃO

5 - APÓS O TÉRMINO DE TODO O TRATAMENTO, RESULTOU ALGUMA SEQUELA FUNCIONAL DEFINITIVA?

( ☒ SIM - ( ) NÃO

ESPECIFICAR OS MEMBROS(S), ÓRGÃO(S) OU FUNÇÃO(ÕES) ATINGIDO(S) E QUANTIFICAR A PERDA OU REDUÇÃO EM VALORES PERCENTUAIS (%). OBS: NÃO SENDO POSSÍVEL DEFINIR ESSA PERDA EM PERCENTUAL, INDICAR APENAS O GRAU APROXIMADO DE REDUÇÃO FUNCIONAL (MÍNIMO, MÉDIO OU MÁXIMO) PARA CADA ÍTEM.

O pé direito ficou com limitação dos movimentos  
do joelho direito diminuído em ± 60%.

DECLARO QUE EXAMINEI A VÍTIMA ACIMA CITADA NESTA DATA, PORTANTO, ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELA FIDELIDADE DAS INFORMAÇÕES MÉDICAS AQUI TRANSCRITAS. ESTE RELATÓRIO É SIGILOSO E TEM COMO ÚNICA FINALIDADE A DE FORNECER SUBSÍDIOS MÉDICOS PARA FINS DE ENCAMINHAMENTO DA VÍTIMA AO SEGURO DPVAT, FICANDO TOTALMENTE A CRITÉRIO DA SEGURADORA LÍDER, EFETUAR QUALQUER INDENIZAÇÃO OU RECUSA, BEM COMO REALIZAR PERÍCIA MÉDICA OU REQUERER OUTROS EXAMES PARA DETERMINAÇÃO DE GRAU EXATO DE INCAPACIDADE, SEGUNDO AS NORMAS DE SEGURO EM VIGOR.

Tianque LOCAL 12 DE fevereiro DE 2018 DATA

Dr. José Edson Catão Neto  
CPF: 635.898.288-87  
OR(A) Dr. Edson N.º

ASSINATURA - CARIMBO C/ CRM - ESPECIALIDADE

SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO  
HOSPITAL E MATERNIDADE MADALENA HUNES  
TIANGUA - CE  
Guia de atendimento - EMERGENCIA



**DADOS DO PACIENTE**

Profissional: 057121 | Atendimento: 0043 | Nome do Paciente: BRUNO DE SOUZA FREITAS  
 Documento(s): Certidão Nascimento: 27561 | CNES: 206166390950005 | Guia de Autorização:  
 Data de Nascimento: 08/02/1995 | Local: TIANGUA/CE | Estado Civil: Solteiro(a) | Sexo: Masculino  
 Pai: ANTONIO CARLOS DE SOUSA | Mãe: MARIA DE FATIMA FREITAS DE SOUSA | Idade: 21 Anos(s)  
 Endereço: SÍTIO CACIMBAS, SN | Bairro: ZONA RURAL | CEP: 62320-000 | Município: TIANGUA | UF: CE | Telefone: 88 92399032  
 Responsável: MARIA DE FATIMA | CPF do Responsável: | Endereço: SÍTIO CACIMBAS, SN | Município: TIANGUA

**DADOS DO ATENDIMENTO**

Data Atendimento: 26/05/2016 | Hora: 17:08 | Convênio: SUS | Matrícula: | CID:  
 Profissional do Atendimento: MARCIO LEONARDO BASTOS VERAS | CRM/UF: 10269/CE | Tipo Atendimento: CONSULTA COM PROCEDIMENTO  
 Locador de Atividade: | Funcionário: FAIANE SOUZA DE LIMA  
 Data/hora Liberação: | Tipo de Saída: ( ) Alta ( ) Internação ( ) Óbito  
 Sinais Vitais: Peso (kg): | Altura (cm): | T(°C): 36 | P (bpm): 118 | R (bpm): 20 | PA (mmHg): 10x11

Objetivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

4h Tem Febril SpO<sub>2</sub>: 93%  
 USG: 24h/2016/05/26/17:40  
 ① Anam. Hx V 17:40  
 ② História Hx V 17:40  
 ③ Rx d. R. V  
 ④ Rx 1 24h/2016/05/26/17:40  
 ⑤ Análise d. Urina



MARCIO LEONARDO BASTOS VERAS - CRM: 10269

Maria de Fatima  
Assinatura Paciente/Responsável  
Responsável MARIA DE FATIMA

Don PE D. ESCOLARIZAÇÃO EM NIE  
 L---O CARDIOPATA



SC BENEFICENTE SAO CAMILO..  
HOSPITAL E MATERNIDADE MADALENA NUNES  
TIANGUA - CE  
Guia de atendimento - AMBULATORIO

**DADOS DO PACIENTE**

Protocolo: 057121 | Atendimento: 0045 | Nome do Paciente: BRUNO DE SOUZA FREITAS  
Data de Nascimento: 05/02/1995 | Local: TIANGUA/CE | CNB: 205166390950005 | Guia de Autorização: 19  
Pai: ANTONIO CARLOS DE SOUSA | Mãe: MARIA DE FATIMA FREITAS DE SOUSA  
Endereço: SÍTIO CACIMBAS, SN | Bairro: ZONA RURAL | CEP: 62320-000 | Município: TIANGUA | UF: CE | Telefone: 88 92399032  
Responsável: MARIA DE FATIMA | CPF do Responsável: | Endereço: SÍTIO CACIMBAS, SN | Município: TIANGUA | UF: CE

**DADOS DO ATENDIMENTO**

Data Atendimento: 27/05/2016 | Hora: 08:03 | Convênio: SUS  
Motivo do Atendimento: DANILLO CONSERVA ARRUDA  
Médico de Atendimento: DANILLO CONSERVA ARRUDA  
CRMUF: 16409/SP | Tipo Atendimento: ENCAMINHADO P/CONSULTA  
Funcionário: NOELIA PINHEIRO DE SOUSA VIEIRA  
Detalhada Liberação: | Ass: | hs. | Tipo de Saida: ( ) Alta ( ) Internação ( ) Óbito  
Vitalis: | Altura (cm): | T (°C): | P (bpm): | R (rpm): | PA (mmHg):  
Resumo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

Rx gentil + analg  
de colônias ①

trans p ①

Rx. ~~Flx~~ colônias  
s/ dem  
Am de

et. much  
osint

**MATERIAIS E MEDICAMENTOS**


DANILLO CONSERVA ARRUDA - CRM: 16409

02 gestada 20  
05 capon 20

375161303

Assinatura Paciente/Responsável  
Responsável: MARIA DE FATIMA



0000572-50.2018.8.06.0173



Classe  
Assunto principal  
Competência  
Valor da ação  
Volume  
Requerente  
Advogada  
Requerido  
Reservação  
Distribuição

: Procedimento Comum  
: Seguro  
: Cível Interior  
: R\$ 8.906,25  
: 1  
: **BRUNO DE SOUZA FREITAS**  
: Arildo de Freitas Bezerra (OAB: 25861/CE) e  
: outro  
: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**  
: **DO SEGURO DPVAT**  
: AÇÃO DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO  
: DO SEGURO OBRIGATORIO DE VEICULOS  
: AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE -  
: DPVAT.  
: Sorteio - 11/10/2018 09:11:28

1

Vara





**DESPACHO**

Processo nº: 0000572-50.2018.8.06.0173  
Classe: Procedimento Comum  
Assunto: Seguro  
Requerente: BRUNO DE SOUZA FREITAS  
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

R. h.

Em vigor o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 16 de março de 2015).

A presente demanda trata de indenização relativa ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Seguro DPVAT), que se qualifica como ação de massa ou repetitiva, com milhares de ações tramitando neste Fórum e elevada entrada processual.

Figuram como promovidas nessas ações as diversas empresas integrantes dos consórcios específicos do Seguro DPVAT, constituídos por força da Resolução 154, de 8 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, que determinou ainda a criação de uma seguradora especializada, para atuar na qualidade de líder, cabendo-lhe a administração dos consórcios e a representação das demais seguradoras. Trata-se da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, também denominada Seguradora Líder - DPVAT.

Embora as seguradoras consorciadas permaneçam responsáveis pela garantia das indenizações e pelo atendimento aos interessados, à Seguradora Líder - DPVAT compete representá-las nas esferas administrativa e judicial, "o que resulta em mais unidade e responsabilidade na centralização de ações" (conforme as informações constantes no portal da empresa, que pode ser consultado no link [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)).

A forma como estruturados os consórcios do Seguro DPVAT tem como resultado a notável unidade de atuação das seguradoras, quando figuram como promovidas nos processos em que se discute o pagamento da indenização, o que se percebe claramente na organização dos mutirões que visam à realização de perícias, na fase de instrução de tais processos. Por força da liderança e representação cometidas à Seguradora Líder - DPVAT, esses processos caracterizam-se, na prática, como se em todos eles figurassem uma única ré, independentemente de qual(is) seguradora(s) figure(m) no polo passivo de cada demanda individualmente. Com efeito, o art. 5.º, § 8.º, da referida



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Tianguá

1ª Vara da Comarca de Tianguá

Av. Moisés Moita, S/N, Centro - CEP 62320-000, Fone: (88) 3671-1964, Tianguá-CE - E-mail: tiangua.1@tjce.jus.br



Resolução 154/CNSP, determina:

Art. 5.º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

§ 8.º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.

Portanto, tem-se sob cognição judicial espécie de ação de massa, com relevante unidade de atuação no polo passivo, em razão de uma só pessoa jurídica agir como representante de todas as demais, peculiaridades que requerem gestão diferenciada das diversas ações em trâmite na unidade jurisdicional, com repercussão no rito a ser adotado em cada demanda particular.

Esse entendimento está em linha com as Metas Nacionais do Poder Judiciário, aprovadas pelos presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, durante o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, especificamente a Meta 7/2016, cuja transcrição segue abaixo, com seu detalhamento para a Justiça Estadual:

**META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual)**

- **Nos Tribunais de Justiça Estaduais**, gerir estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

O Plano Estratégico 2015 – 2020, do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com o mesmo zelo, na perspectiva da desjudicialização de conflitos, estabeleceu a necessidade de procedimentos para **“Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.”**

Essas deliberações de caráter administrativo não substituem, antes reforçam e justificam as medidas cabíveis às unidades judiciárias de primeiro grau na condução dos processos de seu acervo, em especial quanto ao rito, que, no regramento do novo CPC, estabelece a realização de audiência de conciliação/mediação, no início do processo, conforme o art. 334, caput e § 4.º, inciso II, nos seguintes termos:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Tianguá

1ª Vara da Comarca de Tianguá

Av. Moisés Moita, S/N, Centro - CEP 62320-000, Fone: (88) 3671-1964, Tianguá-CE - E-mail: tiangua.1@tjce.jus.br



de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 4.º A audiência não será realizada:

II – quando não se admitir a autocomposição.

A inadmissibilidade da autocomposição, visando à dispensa da audiência, pode decorrer da natureza do direito, que não admite transação, ou das peculiaridades da causa, que evidenciam ser improvável sua realização, devendo-se considerar que a fórmula genérica apresentada no novo Código reúne as hipóteses previstas no § 3.º do art. 331 do CPC/1973, atualmente revogado. Não se justifica restringir o alcance do dispositivo aos casos de direitos indisponíveis, pois em desacordo com os princípios da duração razoável do processo e da eficiência, expressamente previstos nos arts. 4.º e 8.º do CPC/2015. Sobre o segundo, Freddie Didier Jr. esclarece que se trata do princípio da economia processual, com nova denominação, o qual “exerce uma função interpretativa. Os enunciados normativos da legislação processual devem ser interpretados de modo a observar a eficiência” (*in* Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento – 17.ª edição - Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015, pág. 103).

É o caso de aplicação do aludido vetor interpretativo, considerando-se a inutilidade da realização de uma audiência destinada de antemão a não cumprir a finalidade legalmente prevista, com dispêndio de tempo e recursos que poderiam ser melhor aproveitados em outras atividades. É que a Seguradora Líder - DPVAT apenas realiza a conciliação se houver prévia perícia judicial para avaliar o grau da lesão sofrida pela vítima de acidente automobilístico, o que só deverá ocorrer na fase de instrução processual, circunstância que inclusive justificava a conversão do antigo procedimento sumário para o rito ordinário, durante a vigência do Código de 1973, embora sem previsão legal específica.

Ressalva-se a regra atinente à produção antecipada da prova, considerada adequada para facilitar a conciliação do direito trazido à cognição judicial, na forma do art. 381, inciso II, do CPC/2015, senão vejamos:

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

II – a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

A antecipação da prova, com sua realização antes da apresentação da contestação, daria



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**Comarca de Tianguá**  
**1ª Vara da Comarca de Tianguá**

Av. Moisés Moita, S/N, Centro - CEP 62320-000, Fone: (88) 3671-1964, Tianguá-CE - E-mail: tiangua.1@tjce.jus.br



ensejo à realização da audiência de conciliação/mediação, com previsíveis resultados satisfatórios para o trâmite dos processos da espécie. No entanto, tem-se por necessária melhor análise de sua adequação e eficiência, tendo em vista os ditames do contraditório e da ampla defesa e a configuração do tipo de demanda às ações de massa, como acima exposto, cumprindo ainda verificar a estruturação e capacitação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, deste Fórum, a que compete a realização das audiências de conciliação/mediação, nos termos do art. 165 do novo CPC. Por isso, reserva-se a possível adoção da medida para momento posterior, no curso da vigência do CPC/2015, desde que assentada sua adequação aos processos de indenização de Seguro DPVAT.

De tudo quanto exposto, a conclusão é no sentido do descabimento da realização da audiência de conciliação/mediação, conforme a regra do art. 334, § 4.º, II, do novo CPC.

Essa posição não importa no descumprimento do dever de conciliar as partes, previsto nos arts. 3.º, § 2.º, e 139, V, do Código, pois este poderá realizar-se "sempre que possível" (art. 3.º, § 2.º) e "a qualquer tempo" (art. 139, V), de sorte que nada impede a promoção da autocomposição, com designação de audiência para esse fim, posteriormente ou em conjunto com a perícia judicial.

**Deliberações:**

Postas estas considerações, tem-se que a causa não admite a autocomposição, no momento inicial do processo, de sorte que não se realizará a audiência de conciliação/mediação prevista no art. 334, *caput*, por força de seu § 4.º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Cite-se a parte requerida para que apresente contestação, no prazo legal.

Defiro o pedido de gratuidade judiciária formulado pela parte autora (art. 98).

Tianguá, 24 de outubro de 2018.

  
**Eduardo Braga Rocha**  
**Juiz de Direito**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**Comarca de Tianguá**  
**1ª Vara da Comarca de Tianguá**

Av. Moisés Moita, S/N, Centro - CEP 62320-000, Fone: (88) 3671-1362, Tianguá-CE - E-mail: tiangua.1@tjce.jus.brTianguá



**CARTA PRECATÓRIA - "JUSTIÇA GRATUITA"**

Processo n.º:

0000572-50.2018.8.06.0173

Classe:

Procedimento Comum

Assunto:

Seguro

Requerido:

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO  
SEGURO DPVAT**, CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço  
à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205,  
Rio De Janeiro - RJ.

**JUÍZO DEPRECANTE:** Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Tianguá, Dr(a) Ticiane Silveira Melo.

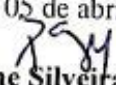
**JUÍZO DEPRECADO:** Juiz de Direito da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, a quem esta couber por distribuição ao honroso cargo que estiver exercendo.

**FINALIDADE:** CITAÇÃO da Parte Requerida, acima qualificada, da presente demanda e do despacho de fls. 21/24, cuja cópia segue em anexo, para, querendo, apresentar Contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. O que se **CUMpra**, observadas as formalidades legais.

Seguem anexas cópia da inicial de fls. 02/10:

Eu, Lucas Figueira de Albuquerque, Estagiário, digitei. Eu, Antônio Erimar da Silva Lucas, Supervisor de Unidade Judiciária, o subscrevi.

Tianguá, 05 de abril de 2019

  
**Ticiane Silveira Melo**  
**Juíza de Direito**





# Poder Judiciário Malote Digital



## RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Impresso em: 06/05/2019 às 18:05

Código de rastreabilidade: 80620194045906

**Documento:** 572-50.2018 PREC PARA RIO DE JANEIRO.pdf

**Remetente:** Comarca de Tianguá - 1ª Vara ( Antônio Erimar da Silva Lucas )

**Destinatário:** CAPITAL SERVIÇO DE CARTAS PRECATORIAS - SECAP ( TJRJ )

**Data de Envio:** 06/05/2019 18:04:21

**Assunto:** CITAR A PARTE REQUERIDA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT







ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
1ª VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ

VISTO EM INSPEÇÃO INTERNA

SECRETARIA  
26  
A

Conforme Portaria nº 002/2019, publicada no DJ de 06/05/2019.

(X) Processo em ordem.

( ) Cumpra-se o despacho de fls. \_\_\_\_\_.

( ) Cumpra-se a decisão de fls. \_\_\_\_\_.

( ) Cumpra-se a sentença de fls. \_\_\_\_\_.

( ) Vistas ao Ministério Público.

( ) Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 05 dias, informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

( ) Oficie-se ao Juízo Deprecado solicitando informações acerca do cumprimento da Carta Precatória expedida às fls. \_\_\_\_\_.

( ) Oficie-se solicitando o envio, no prazo de 10 dias, das folhas de frequência do apenado.

( ) Diante das faltas/ocorrências referentes ao apenado, registradas nos autos, designo audiência de justificação em data e horário a ser agendado pela Secretaria desta Vara.

( ) Determino que a Secretaria desta Vara certifique se o apenado está comparecendo regularmente em Juízo para assinar folha de frequência.

( ) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Tianguá, 24 de junho de 2019

Eduardo Braga Rocha  
Juiz de Direito